

CPMI DO INSS

Parlamentares entram na mira da comissão

Relator pretende intimar senador e deputado por suposto envolvimento em caso

» ALÍCIA BERNARDES

O relator da CPMI do INSS, deputado federal Alfredo Gaspar (União Brasil-AL), afirmou ao **Correio**, ontem, que vai pedir a convocação do senador Weverton Rocha (PDT-MA) e do deputado Euclydes Pettersen (Republicanos-MG) para prestarem depoimento à comissão. Os nomes dos parlamentares surgiram nas investigações que apuram um esquema de descontos ilegais em aposentadorias e pensões do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo Gaspar, a convocação tem “caráter esclarecedor” e busca dar transparência ao trabalho do colegiado, que atua de forma “ampla e imparcial”.

Durante a oitiva de Alexandre Guimarães, ex-diretor de Governança do INSS, Gaspar afirmou que o deputado Kim Kataguiiri (União-SP) já protocolou o **requerimento** de convocação dos dois parlamentares. “Minha condição de relator exige uma investigação isenta. Adotei como linha de trabalho tratar todos com a mesma seriedade, sem exceções”, declarou. Weverton e Pettersen foram citados após revelações de que o senador teria dividido um jatinho com o empresário Antônio Carlos Camilo, conhecido como “Careca do INSS”, enquanto o deputado teria vendido um avião a uma ONG suspeita de envolvimento no esquema. Ambos ainda não se pronunciaram oficialmente sobre a eventual convocação.

O nome de Antônio Carlos Camilo tem aparecido com frequência nas apurações da CPMI. O empresário é apontado como um dos articuladores de um sistema de associações e empresas de fachada que desviava recursos de aposentados por meio de descontos indevidos em benefícios previdenciários.

No depoimento, Alexandre Guimarães admitiu ter se encontrado com Camilo em Brasília, em 2022, para tratar de um projeto de aplicativo de educação financeira. “Fui tomar uma cerveja com amigos, e o assunto surgiu de forma informal, sem ligação com o INSS”, sustentou. O relator reagiu com ironia: “O senhor, como diretor do INSS, foi chamado para um bar e lá tratou de importação e exportação de frutas?”. Guimarães também confirmou

Carlos Moura/Agência Senado



Ex-diretor do INSS, Alexandre Guimarães alegou ter recebido valores da venda de um veículo particular

Visita

Até o momento foi protocolado apenas esse requerimento de convocação contra Weverton Rocha. O documento, submetido pelo deputado federal Kim Kataguiiri (União-SP), menciona que o senador já recebeu o Careca do INSS em seu gabinete.



Minha condição de relator exige uma investigação isenta. Adotei como linha de trabalho tratar todos com a mesma seriedade, sem exceções. (...) Espero que não haja nenhuma blindagem”

Alfredo Gaspar (União-AL), deputado, relator da CPMI

ter se reunido novamente com o empresário no Gilberto Salomão, centro comercial de Brasília, onde Camilo apresentou o projeto de um aplicativo que ofereceria “benefícios a clientes”. O ex-diretor afirmou que, a partir desse contato, criou uma empresa para desenvolver conteúdos sobre educação financeira, a Vênus, mas negou qualquer envolvimento com irregularidades. Segundo Gaspar, porém, a Vênus recebeu mais de R\$ 2

milhões de empresas ligadas ao “Careca do INSS”, além de transações pessoais de R\$ 85 mil para Guimarães. O relator apontou que o contador da Vênus, Rubens Oliveira Costa, também seria operador financeiro do grupo investigado.

Guimarães alegou que os valores recebidos correspondem à venda de um veículo particular e que a empresa foi criada para atividades lícitas. Gaspar, contudo,

destacou que “as conexões são evidentes” e que familiares do contador atuavam em gabinetes parlamentares ligados ao grupo político de Camilo.

O relator ainda ressaltou que documentos da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Polícia Federal indicam um esquema de desvio de bilhões de reais do INSS por meio de associações de fachada. “Estamos falando de uma organização criminosa que usou a estrutura pública para desviar dinheiro de quem mais precisa. Cada elo será devidamente rastreado”, frisou.

Guimarães, que ocupou cargos na autarquia entre 2017 e 2023, negou irregularidades e ressaltou que o aumento das denúncias de descontos indevidos ocorreu após a criação da ouvidoria interna do INSS, sob sua gestão.

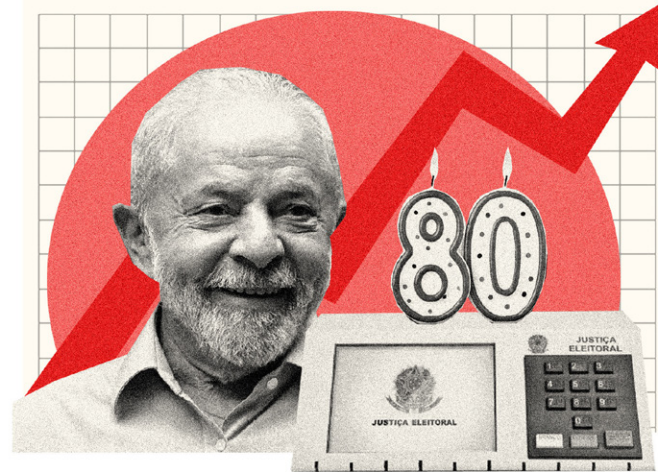
“O crescimento das reclamações demonstra mais capacidade de registrar queixas, não mais irregularidades”, defendeu. O relator, entretanto, reiterou que as coincidências entre nomes, empresas e transações financeiras “colocam sob suspeição” a atuação do ex-gestor e reforçam a necessidade de ouvir parlamentares e demais envolvidos.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Aos 80 anos, Lula lidera pesquisas eleitorais e busca o quarto mandato

Completados em plena viagem oficial à Malásia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chega aos 80 anos como um dos políticos mais longevos e resilientes da história contemporânea do Brasil. Depois de governar o país por dois mandatos (2003–2010) e retornar ao poder em 2023, após um período de ostracismo e prisão, Lula aparece novamente como favorito nas intenções de voto para 2026. O levantamento mais recente do Instituto Paraná Pesquisas, divulgado nesta segunda-feira, mostra Lula à frente em todos os cenários testados para o primeiro turno, com vantagem sobre Jair Bolsonaro, Michelle Bolsonaro, Tarcísio de Freitas e Flávio Bolsonaro.

No cenário mais competitivo, Lula registra 37% das intenções de voto contra 31% de Jair Bolsonaro — uma diferença de seis pontos percentuais. Embora o ex-presidente continue inegável por decisão do TSE, a pesquisa reafirma a força de Bolsonaro como líder da direita brasileira. Em outro cenário, enfrentando Flávio Bolsonaro, a vantagem do petista sobe para 18 pontos: 37,6% a 19,2%. No segundo turno, o equilíbrio é maior, com empates técnicos frente a Jair e Michelle Bolsonaro e uma margem ligeiramente superior sobre Tarcísio de Freitas (44,9% a 40,9%). Contra Flávio Bolsonaro, Lula abre a diferença mais confortável, com 46,7% a 37%.

O resultado mostra que a reeleição de Lula não será ganha de véspera, embora venha conseguindo uma recuperação gradual da popularidade do governo, após meses de turbulência econômica e desafios políticos internos. As recentes iniciativas para controlar a inflação, reanimar o consumo e ampliar programas sociais começam a surtir efeito. Além disso, a estratégia de reposicionar o Brasil no cenário internacional — reforçada pela agenda no Sudeste Asiático e pelo encontro bilateral com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump — permitiu que Lula recuperasse a imagem de líder político com projeção global.

Lula fez da sua presença na 47ª Cúpula da Asean, em Kuala Lumpur, não apenas uma empreitada para abrir novos mercados às exportações brasileiras, mas também o esforço para reposicionar o país como ator relevante no diálogo entre Ocidente e o chamado Sul Global. Por isso mesmo, o aniversário de 80 anos, celebrado com parabéns cantado por jornalistas estrangeiros e líderes internacionais, ganhou contornos de vitória pessoal e política, numa espécie de fim do “inferno astral” depois de uma fase de queda de aprovação e reverses diplomáticos.

Nesse aspecto, em relação ao ex-presidente Jair Bolsonaro e a seus filhos, que articularam o tarifaço de 50% sobre as exportações brasileiras, Lula parece rir por último no contencioso com a Casa Branca. Depois da troca de salamaleques do encontro entre os dois, Trump voltou a elogiar o petista. Nesta segunda-feira, antes de embarcar para o Japão, disse que a reunião que teve com Lula no domingo foi “muito boa” e desejou um feliz aniversário para o líder brasileiro. Lula é um sobrevivente em múltiplos sentidos: sobreviveu à fome, à ditadura, ao câncer, à prisão e à erosão da confiança pública.

Projeção mundial

Em contraste com o envelhecimento de boa parte da elite política brasileira de sua geração, seu vigor físico e disposição para a disputa de 2026 o colocam no patamar de grandes líderes octogenários que marcaram a história do Ocidente. Konrad Adenauer governou a Alemanha Ocidental até os 87 anos; Georges Clemenceau deixou o poder aos 78; e Winston Churchill, símbolo da resistência britânica, encerrou sua carreira no comando do Reino Unido aos 80.

Há, contudo, diferenças substantivas entre os problemas que esses estadistas notáveis enfrentaram e o desempenho de Lula neste terceiro mandato. Adenauer reconstruiu uma Alemanha devastada pela guerra; Clemenceau conduziu a França à vitória na I Guerra Mundial; Churchill foi o arquiteto da resistência ao nazismo na Europa. Lula enfrenta outros desafios, principalmente os de recuperar o crescimento sustentado e de liderar uma transição ecológica e tecnológica num mundo em transformação, para defender a democracia e reconstruir a confiança e a coesão interna num país polarizado ideologicamente.

Se conseguir unir estabilidade econômica, inclusão social e credibilidade internacional, Lula terá um grande êxito. O principal obstáculo não é a idade, mas o ambiente político que Lula ajudou a criar: uma democracia fragmentada, marcada pela desinformação e pelo descrédito institucional. Além disso, apesar do clima amistoso e da evidente empatia entre Lula e Trump, as contradições nas relações entre os dois países não são pequenas.

Trump defende sua liderança global e o alinhamento das democracias liberais ocidentais aos Estados Unidos, enquanto Lula insiste em uma “autonomia ativa”, dialogando com Washington, Pequim, Moscou e o Sul Global. Essa diferença é visível em temas como Ucrânia, Venezuela e Brics. Washington vê a Amazônia como patrimônio ambiental global e propõe mecanismos de vigilância e financiamento atrelados a metas; o Brasil exige respeito à soberania e defende políticas ambientais que conciliem proteção e desenvolvimento social.

Trump e Lula são opostos ideológicos. O primeiro simboliza o populismo de direita e o protecionismo econômico; o segundo, o trabalho latino-americano com traços de socialdemocracia. Os EUA valorizam o livre mercado e o setor privado; o Brasil aposta em um Estado indutor do desenvolvimento, com programas sociais e redistributivos. O governo Trump reintroduziu o protecionismo com tarifas sobre aço, alumínio e produtos agrícolas brasileiros.

O Brasil tenta equilibrar a balança ampliando parcerias com China, UE e Ásia. Washington pressiona pela exclusão da Huawei em redes 5G e infraestrutura; o Brasil insiste na liberdade tecnológica e na diversificação de parceiros. Apesar das diferenças, há interesses econômicos recíprocos que ocupam o centro das negociações. E uma tradicional cooperação em assuntos geopolíticos e Defesa, na qual Brasil e EUA reconhecem o peso estratégico um do outro, o primeiro como potência regional; o segundo, como potência global.

JUDICIÁRIO

Campanhas sobre destino de emendas

» LETÍCIA CORRÊA*

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, ontem, que o governo e o Congresso façam campanhas publicitárias sobre transparência em emendas parlamentares. O objetivo da medida, de acordo com o magistrado, é ensinar a população a acompanhar a execução desses repasses.

Dino defendeu que para haver transparência das emendas é necessário conseguir localizar, utilizar e compreender as informações passadas pelos portais públicos.

“Nesse contexto, impõe-se um esforço consistente de letramento digital, capaz de reduzir a assimetria informacional que exclui aqueles que não dominam os meios de busca, sob pena de a transparência permanecer meramente formal e, portanto, inoperante como instrumento de controle democrático”, escreveu.

As campanhas, segundo a determinação do ministro, devem possuir linguagem acessível e simples e precisam estimular a verificação e a denúncia de possíveis irregularidades. Elas têm de ser exibidas em emissoras comerciais e na internet, entre dezembro de 2025 e março de 2026, e também em todos os veículos de comunicação

públicos: TV Brasil, Agência Brasil, Voz do Brasil, TV Senado, TV Câmara e TV Justiça.

Orientação

Por ordem do ministro, o Portal da Transparência foi reformulado para concentrar informações sobre a aprovação e a execução das emendas. As campanhas devem explicar como usar a plataforma.

Os conteúdos e a frequência das inserções serão definidos pelas equipes responsáveis no Executivo e no Legislativo, segundo a decisão.

O magistrado também mandou notificar os Tribunais de Contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para que enviem ao STF, até 31 de dezembro de 2025, atos normativos sobre transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares aprovadas por deputados estaduais, deputados distritais e vereadores.

O prazo foi fixado em complemento à decisão que, na semana passada, estendeu aos estados e municípios as mesmas regras de transparência definidas para repasses federais. (Com Agência Estado)

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

Gustavo Moreno



Impõe-se um esforço consistente de letramento digital, capaz de reduzir a assimetria informacional que exclui aqueles que não dominam os meios de busca, sob pena de a transparência permanecer meramente formal e, portanto, inoperante como instrumento de controle democrático”

Flávio Dino, ministro do STF